

MINISTÉRIO DA DEFESA

COMANDO DA AERONÁUTICA CENTRO DE AQUISIÇÕES ESPECÍFICAS

CONTRATO Nº 033/CAE-CINDACTA III/2023





SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS EM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DOS SISTEMAS DE ENERGIA E CLIMATIZAÇÃO SERVIÇOS DE NAVEGAÇÃO AÉREA DO AEROPORTO DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE (SBSG)

EMPRESA CETEST MINAS ENGENHARIA E SERVICOS S/A

PAG 67106.002757/2021-63

Sumário

| 1. | CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO | 4 |
|-----|--|---|
| 2. | CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA | 4 |
| 3. | CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO | |
| 4. | CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA | 5 |
| 5. | CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO | 5 |
| 6. | CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTAMENTO DE PREÇOS EM SENTIDO AMPLO | 5 |
| 7. | CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO | 5 |
| 8. | CLÁUSULA OITAVA – MODELO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO | 5 |
| 9. | CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA | 6 |
| 10. | CLÁUSULA DEZ – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS | 6 |
| 11. | CLÁUSULA ONZE – RESCISÃO | 6 |
| 12. | CLÁUSULA DOZE – VEDAÇÕES E PERMISSÕES | 7 |
| 13. | CLÁUSULA TREZE – ALTERAÇÕES | 7 |
| 14. | CLÁUSULA QUATORZE – DOS CASOS OMISSOS | 7 |
| 15. | CLÁUSULA QUINZE – ANEXOS | 7 |
| 16. | CLÁUSULA DEZESSEIS – PUBLICAÇÃO | 7 |
| 17. | CLÁUSULA DEZESSETE – FORO | |



TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 033/CAE-CINDACTA III/2023, QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO TERCEIRO CENTRO INTEGRADO DE DEFESA AÉREA E CONTROLE DE TRÁFEGO AÉREO (CINDACTA III) E A EMPRESA CETEST MINAS ENGENHARIA E SERVICOS S/A.

A União, Ministério da Defesa, por meio do Comando da Aeronáutica, representada pelo **Terceiro Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo (CINDACTA III)**, CNPJ nº 00.394.429/0093-29, situado na Av. Centenário Alberto Santos Dumont, s/n Jordão Baixo, Recife-PE, neste ato representado pelo seu Ordenador de Despesas, Oscar Vinicius Pisco Rocha da Silva Cel Av, designação publicada no BCA nº 171, de 12 de setembro de 2022 e no aditamento ao Boletim Interno do GAP-RF nº 55, de 23 de março de 2023, portador da Carteira de Identidade nº 443707, emitida pelo COMAER, doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa **CETEST MINAS ENGENHARIA E SERVICOS S/A**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 24.016.172/0001-11, sediada na Rua Henrique Cabral nº 821, Bairro Aeroporto, em Belo Horizonte – MG, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Fábio Izidoro de Souza, portador da Carteira de Identidade nº MG-8.529.403, expedida pelo SSP/MG, e CPF nº 042.373.456-37, tendo em vista o que consta no Processo nº 67106.002757/2021-63 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018 e da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5,de 26 de maio de 2017, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº 233/CAE/2022, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

- 1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços técnicos profissionais em regime de dedicação exclusiva de mão de obra para manutenção e operação dos sistemas de energia e climatização serviços de navegação aérea do Aeroporto de São Gonçalo do Amarante (SBSG), com disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência nº 3/ELM/2022, anexo do Edital.
- 1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo, e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.
- 1.3. Objeto da contratação:

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO | CATSER | UN DE MEDIDA | QUANT. | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|--------|--|---------|-----------------|--------|---------------|------------------|
| | UM ENGENHEIRO ELETRICISTA - EXPEDIENTE – CBO 2143-15 | 0005606 | MENSAL | 12 | R\$ 35.477,74 | R\$ 425.732,92 |
| 2 | QUATRO TÉCNICOS EM ELETROTÉCNICA – ESCALA 12X36 NOTURNO – CBO 3131- 20 | 0005606 | MENSAL | 12 | R\$ 51.086,45 | R\$ 613.037,44 |
| 3 | QUATRO TÉCNICOS EM ELETROTÉCNICA – ESCALA 12X36 DIURNO – CBO 3131-20 | 0005606 | MENSAL | 12 | R\$ 45.002,16 | R\$ 540.025,94 |
| 4 | UM TÉCNICO EM ELETROTÉCNICA – EXPEDIENTE – CBO 3131-20 | 0005606 | MENSAL | 12 | R\$ 13.929,24 | R\$ 167.150,88 |
| I 5 | UM TÉCNICO EM ELETROMECÂNICA – EXPEDIENTE – CBO 9113-05 | 0005606 | MENSAL | 12 | R\$ 13.929,24 | R\$ 167.150,88 |
| 6 | SERVIÇOS EMERGENCIAIS – ATÉ 8% DO VALOR ANUAL | 0005606 | MENSAL | 12 | R\$ 12.753,98 | R\$ 153.047,85 |
| 7 | PEÇAS EMERGENCIAIS – ATÉ 12% DO VALOR ANUAL | 0005606 | MENSAL | 12 | R\$ 19.130,98 | R\$ 229.571,77 |
| | PMOC - Plano de Manutenção Operação e Controle dos sistemas de Climatização | 0005606 | MENSAL | 1 | R\$ 851,81 | R\$ 851,81 |
| TOTAL: | | | | | | R\$ 2.296.569,49 |

2. CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA

- 2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de **12 (doze) meses**, conforme fixado no item 1.5 do Termo de Referência, com início na data de **14/04/2023** e encerramento em **14/04/2024**, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e seja observado o disposto no Anexo IX da IN SEGES/MP n.º 05/2017, atentando, em especial, para o cumprimento dos seguintes requisitos:
 - 2.1.1. Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
 - 2.1.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informaçõesde que os serviços tenham sido prestados regularmente;
 - 2.1.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
 - 2.1.4. Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;
 - 2.1.5. Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;
 - 2.1.6. Seja comprovado que a contratada mantém as condições iniciais de habilitação.
- 2.2. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
- 2.4. Nas eventuais prorrogações dos contratos com dedicação exclusiva de mão de obra, os custos não renováveis já pagos ou amortizados no primeiro ano da contratação deverão ser reduzidos e/ou eliminados como condição para a renovação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - PREÇO

- 3.1. O valor total da contratação é de R\$ 2.296.569,49 (dois milhões, duzentos e noventa e seis mil, quinhentos e sessenta e nove reais e quarenta e nove centavos).
- 3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- 3.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

4. CLÁUSULA QUARTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2023, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 1/120021

Fonte: 1050A00008

Programa de Trabalho (PTRES): 168913

Elemento de Despesa: 339039

PI: SCEA04LOG05

Empenho: 2023NE001512

4.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correspondentes correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

5. CLÁUSULA QUINTA - PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência e no Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

6. CLÁUSULA SEXTA - REAJUSTAMENTO DE PREÇOS EM SENTIDO AMPLO

6.1. As regras acerca do reajustamento de preços em sentido amplo do valor contratual (reajusteem sentido estrito e/ou repactuação) são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo desteContrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 7.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, no valor de R\$ 114.828,47 (cento e quatorze mil, oitocentos e vinte e oito reais e quarenta e sete centavos), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, conforme regras constantes do Termo de Referência, anexo do Edital.
- 7.2. O beneficiário da garantia contratual será a UG Apoiadora: Centro de Aquisições Específicas (CAE), com sede na Estrada do Galeão nº 3.300, Ilha do Governador, Rio de Janeiro RJ, CEP 21.941-352, inscrito no CNPJ 00.394.429/0174-29.

8. CLÁUSULA OITAVA – MODELO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

8.1. O modelo de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados, a disciplina do recebimento do objeto e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

10. CLÁUSULA DEZ - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

11. CLÁUSULA ONZE - RESCISÃO

- 11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:
 - 11.1.1. Por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art.
 - 11.1.2. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;
 - 11.1.3. Amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 11.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados e precedidos de autorização da autoridade competente, assegurando-se à CONTRATADA o direito ao contraditório, bem como à prévia e ampla defesa.
- 11.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 11.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:
 - 11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
 - 11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
 - 11.4.3. Indenizações e multas.
- 11.5. O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à rescisão do contrato por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE e à aplicação das penalidades cabíveis (art. 8º, inciso IV, do Decreto n.º 9.507, de 2018).
- 11.6. Quando da rescisão, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pela CONTRATADA das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho (art. 64 a 66 da IN SEGES/MP n.º 05/2017).
- 11.7. Até que a CONTRATADA comprove o disposto no item anterior, a CONTRATANTE reterá:
 - 11.7.1. a garantia contratual, prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária pela CONTRATADA, que será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria; e
 - 11.7.2. os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.
- 11.8. Na hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte da CONTRATADA no prazo de quinze dias, a CONTRATANTE poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da CONTRATADA que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.
- 11.9. O CONTRATANTE poderá ainda:

- 11.9.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pela CONTRATADA, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e
- 11.9.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 80 da Lei n.º 8.666, de 1993, reter os eventuais créditos existentes em favor da CONTRATADA decorrentes do contrato.
- 11.10. O contrato poderá ser rescindido no caso de se constatar a ocorrência da vedação estabelecida no art. 5º do Decreto n.º 9.507, de 2018.

12. CLÁUSULA DOZE – VEDAÇÕES E PERMISSÕES

- 12.1. É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.
 - 12.1.1. É permitido à CONTRATADA caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020.
 - 12.1.2. A cessão de crédito, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.
 - 12.1.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5, de 2017, caso aplicáveis.

13. CLÁUSULA TREZE – ALTERAÇÕES

- 13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, bem como do ANEXO X da IN/SEGES/MP nº 05, de 2017.
- 13.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14. CLÁUSULA QUATORZE - DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidasna Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 — Código de Defesado Consumidor — e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA QUINZE - ANEXOS

- 15.1. Termo de Referência nº 3/ELM/2022.
- 15.2. Proposta da Contratada.

16. CLÁUSULA DEZESSEIS - PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

17. CLÁUSULA DEZESSETE - FORO

17.1. É eleito o Foro da Seção Judiciária do Rio de Janeiro – Justiça Federal para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º, da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 02 (duas)vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes e por duastestemunhas.

Recife - PE, 14 de abril de 2023.

| | | Recile – PE, 14 de a | ibili de 2023 |
|-----------------------------|---|----------------------|---------------|
| Responsável legal da CONTRA | ATANTE: | | |
| | | | |
| | Oscar Vinicius Pisco Rocha da Silva Cel Av Ordenador de Despesas | | |
| Responsável legal da CONTRA | ATADA: | | |
| TESTEMUNHAS: | Fábio Izidoro de Souza Representante legal | | |
| | Priscila Vieira de Almeida Cel Int Agente de Controle Interno | | |
| | Haroldo Corrêa Garcia Neto 1º Ten Eng Fiscal do Contrato | | |

AUTORIZAÇÃO COMPLEMENTAR AO CONTRATO Nº 033/CAE-CINDACTA III/2023

A **CETEST MINAS ENGENHARIA E SERVICOS S/A**, inscrita no CNPJ nº 24.016.172/0001-11, por intermédio de seu representante legal, o Sr. Fábio Izidoro de Souza, portador da Cédula de Identidade RG nº MG-8.529.403, expedida pelo SSP/MG, e CPF nº 042.373.456-37, AUTORIZA o **CENTRO DE AQUISIÇÕES ESPECIFICAS**, para os fins do Anexo VII-B da Instrução Normativa n° 05, de 26/05/2017, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e dos dispositivos correspondentes do Edital do Pregão n. 233/CAE/2022:

1) que sejam descontados da fatura e pagos diretamente aos trabalhadores alocados a qualquer tempo na execução do contrato acima mencionado os valores relativos aos salários e demais verbas trabalhistas, previdenciárias e fundiárias devidas, quando houver falha no cumprimento dessas obrigações por parte da CONTRATADA, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

2) que sejam provisionados valores para o pagamento dos trabalhadores alocados na execução do contrato e depositados em conta corrente vinculada, bloqueada para movimentação, e aberta em nome da empresa CETEST MINAS ENGENHARIA E SERVICOS S/A junto a instituição bancária oficial, cuja movimentação dependerá de autorização prévia do CENTRO DE AQUISIÇÕES ESPECIFICAS, que também terá permanente autorização para acessar e conhecer os respectivos saldos eextratos, independentemente de qualquer intervenção da titular da conta.

3) que a CONTRATANTE utilize o valor da garantia prestada para realizar o pagamentodireto das verbas rescisórias aos trabalhadores alocados na execução do contrato, caso a CONTRATADA não efetue tais pagamentos até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual.

Recife – PE, 14 de abril de 2023.

Fábio Izidoro de Souza
Representante legal



CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

| Documento: | CONTRATO Nº 033/CAE-CINDACTA III/2023 - ASSINADO (FISCAL - ACI - OD) | | |
|-------------------------------|--|--|--|
| Data/Hora de Criação: | 14/04/2023 16:25:11 | | |
| Páginas do Documento: | 9 | | |
| Páginas Totais (Doc. + Ass.) | 10 | | |
| Hash MD5: | 97ffd73c111f27ef8a7b813094146a89 | | |
| Verificação de Autenticidade: | https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura | | |

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6° , do Decreto n° 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 1º Ten HAROLDO CORRÊA GARCIA NETO no dia 14/04/2023 às 13:25:50 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cel PRISCILA VIEIRA DE ALMEIDA no dia 14/04/2023 às 13: 33:59 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cel OSCAR VINICIUS PISCO ROCHA DA SILVA no dia 14/04/2023 às 13:56:23 no horário oficial de Brasília.